ELITIZAÇÃO NA FORMAÇÃO EM ODONTOLOGIA: ACESSO, PERMANÊNCIA E INSERÇÃO PROFISSIONAL

Ana Flávia Pereira, Helena Kruschewsky Oliveira dos Santos, Jarbas Francisco Fernandes dos Santos, Fábio Luis Araki.

Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Ciências da Saúde, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, aflaviapereira2005@gmail.com.

Resumo

Este trabalho discute a elitização na formação em Odontologia por meio de uma revisão narrativa, de abordagem qualitativa, voltada à realidade brasileira. Objetivou-se refletir sobre como as condições de acesso, permanência e trajetória acadêmica se articulam às perspectivas de inserção profissional do cirurgião-dentista. Foram consultados artigos científicos e documentos oficiais sobre perfil socioeconômico, assistência estudantil, custos de instrumentais, permanência e mercado de trabalho. A literatura indica que origem escolar, apoio familiar, tempo disponível, necessidade de trabalho e despesas com materiais podem produzir trajetórias distintas na graduação. Também foram identificadas estratégias institucionais e coletivas de permanência, como assistência estudantil, empréstimo de instrumentais e organização de cursos noturnos. Conclui-se que a elitização não deve ser tratada como característica universal ou imutável da Odontologia, mas como questão social que demanda políticas de inclusão, permanência e formação comprometida com as necessidades da população.

Palavras-chave: Educação em Odontologia. Permanência estudantil. Desigualdade social. Formação profissional. Mercado de trabalho.

Área do Conhecimento: Ciências da Saúde - Odontologia.

Introdução

A formação em Odontologia possui características que tornam indispensável a discussão sobre acesso e permanência. Além da carga horária prática e da necessidade de participação em atividades clínicas, os estudantes lidam com despesas relacionadas a materiais, instrumentais, transporte, alimentação, deslocamentos e organização do tempo. Em cursos de alta demanda e, com frequência, de período integral, essas exigências podem assumir maior peso para quem depende de trabalho remunerado ou não dispõe de suporte familiar constante (Lucas et al., 2020; Martins et al., 2019).

Neste artigo, a elitização é compreendida como um processo social pelo qual determinadas condições econômicas, educacionais e familiares podem facilitar ou dificultar a entrada e a permanência em uma formação profissional. Essa compreensão não pressupõe que todos os estudantes de Odontologia possuam o mesmo perfil, nem que a condição econômica determine, isoladamente, o desempenho ou o futuro profissional. O que se busca é reconhecer que os pontos de partida não são iguais e que a gratuidade de uma vaga, quando existente, não elimina automaticamente os custos cotidianos da graduação.

Estudos realizados em instituições públicas apontam que a origem escolar, o apoio familiar e a assistência estudantil integram o debate sobre a diversidade dos perfis discentes. Ao mesmo tempo, as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam que a formação do cirurgião-dentista seja geral, humanista, crítica, reflexiva e comprometida com a realidade social brasileira (Cayetano et al., 2019; Brasil, 2021). Assim, objetivou-se refletir, por meio de revisão narrativa, sobre as relações entre elitização, acesso, permanência e inserção profissional na formação em Odontologia.

Metodologia

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, de caráter descritivo e interpretativo, com foco em estudos sobre a realidade brasileira. A busca eletrônica foi realizada em junho de 2026 nas páginas da Revista da ABENO, no Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, no catálogo eletrônico da Atena Editora e no portal do Diário Oficial da União. Foram selecionados artigos científicos, capítulo de livro e documento oficial relacionados à temática.

As buscas foram orientadas pelos termos “Odontologia”, “perfil socioeconômico”, “assistência estudantil”, “instrumental odontológico”, “permanência estudantil” e “mercado de trabalho”. Foram incluídas publicações que abordassem estudantes ou egressos de Odontologia e tratassem de acesso, apoio material, permanência, experiências acadêmicas ou inserção profissional. Foram excluídos materiais jornalísticos, links locais sem acesso público e textos sem autoria, data ou identificação bibliográfica completa.

A leitura foi organizada em três eixos: condições sociais de acesso e permanência; experiências e estratégias de apoio durante a graduação; e desafios relacionados à inserção profissional. Os achados foram discutidos de forma qualitativa, considerando o contexto de cada estudo. Não houve combinação estatística dos resultados, pois as pesquisas analisadas apresentavam instituições, períodos, métodos e participantes distintos. Por não envolver coleta direta de dados com seres humanos ou animais, esta revisão não demandou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

A literatura revisada descreve perfis socioeconômicos variados entre estudantes de Odontologia, mas aponta que o acesso e a permanência são atravessados por condições que vão além da matrícula. Estudo realizado na Universidade Federal de Minas Gerais evidenciou mudanças no perfil dos estudantes após a ampliação do acesso, ao mesmo tempo em que destacou a necessidade de assistência estudantil diferenciada para garantir manutenção e permanência no curso. Em pesquisa com concluintes de uma universidade pública paulista, características familiares, trajetória escolar e expectativas de atuação profissional mostraram-se relevantes para compreender a formação e os projetos de carreira (Lucas et al., 2020; Cayetano et al., 2019).

As barreiras materiais aparecem como dimensão importante. A aquisição de instrumentais obrigatórios pode gerar dependência de apoio familiar, busca por empréstimos, compartilhamento entre colegas ou procura por programas institucionais. Pesquisa qualitativa com estudantes cotistas relata que o instrumental não representa apenas um item técnico da formação: ele pode se transformar em preocupação cotidiana, burocracia adicional e necessidade de mobilizar redes de solidariedade para a continuidade das atividades acadêmicas (Martins et al., 2019).

A organização do curso também interfere nas possibilidades de permanência. Em estudo sobre uma graduação noturna de universidade pública do Sul do Brasil, estudantes trabalhadores relataram desafios ligados à conciliação entre emprego, horários acadêmicos, atividades práticas e custos da formação. O curso noturno surgiu como possibilidade de ampliação do acesso, mas não suprimiu, por si só, as dificuldades de tempo e de recursos materiais (Silva et al., 2023).

Quanto à inserção profissional, as pesquisas com egressos indicam trajetórias heterogêneas. Os estudos analisados relatam entrada no mercado em ritmos e vínculos diversos, além de expectativas de aperfeiçoamento técnico, especialização e desenvolvimento de competências administrativas. Esses achados reforçam que a transição da graduação para o trabalho não pode ser compreendida apenas como resultado individual, pois é atravessada por oportunidades locais, condições de trabalho, redes de apoio e possibilidades de investimento após a formação (Costa et al., 2016; Sérgio et al., 2020).

Discussão

Os estudos selecionados permitem interpretar a elitização como processo que se manifesta de formas diferentes, conforme a instituição, a região e a trajetória dos estudantes. Por isso, os achados não devem ser convertidos em uma afirmação absoluta sobre todos os cursos de Odontologia ou sobre todos os estudantes. Seu valor está em tornar visíveis condições sociais que, muitas vezes, permanecem naturalizadas: ter tempo para estudar, conseguir deslocar-se até a universidade, adquirir materiais no prazo e contar com alguém que ajude financeiramente são recursos que não estão igualmente distribuídos.

Nessa perspectiva, a formação odontológica não se resume ao pagamento de mensalidade ou à aprovação no processo seletivo. Há custos diretos e indiretos que podem afetar a experiência acadêmica, como instrumentais, insumos, transporte, alimentação, moradia e disponibilidade para atividades extracurriculares. O estudo de Martins et al. (2019) mostra que, para alguns estudantes, a obtenção do instrumental depende de programas de empréstimo, de apoio familiar e da cooperação entre colegas. Assim, discutir permanência também significa reconhecer a importância de políticas institucionais que não responsabilizem individualmente o estudante por obstáculos estruturais.

As experiências de assistência estudantil, empréstimo de instrumentais e flexibilização de horários demonstram que a inclusão exige continuidade após o ingresso. A ampliação de vagas e de modalidades de acesso é relevante, mas sua efetividade depende de condições que permitam ao estudante permanecer, aprender e concluir a graduação com dignidade. O estudo de Lucas et al. (2020) enfatiza a necessidade de políticas de apoio para estudantes socioeconomicamente desfavorecidos, enquanto Silva et al. (2023) evidencia que estratégias voltadas a estudantes trabalhadores devem considerar a organização real das atividades curriculares.

A dimensão social da formação também se relaciona à inserção profissional. Pesquisas com egressos mostram que o início da carreira pode envolver múltiplos vínculos, busca por aperfeiçoamento e aprendizagem de aspectos administrativos. Nesse sentido, uma formação comprometida com a realidade social não deve restringir-se ao preparo técnico; deve favorecer leitura crítica do território, conhecimento do Sistema Único de Saúde, planejamento, gestão e atuação em diferentes contextos de cuidado, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais (Costa et al., 2016; Sérgio et al., 2020; Brasil, 2021).

Além dos auxílios financeiros, a permanência pressupõe que as instituições reconheçam que as demandas estudantis não são homogêneas. Estudantes com responsabilidades de trabalho, deslocamentos extensos ou recursos limitados podem encontrar dificuldades para participar de monitorias, projetos de extensão e atividades clínicas realizadas fora do horário regular. A literatura sobre curso noturno evidencia que a organização das atividades e o reconhecimento do perfil dos estudantes interferem na continuidade da graduação (Silva et al., 2023). Nessa direção, planejamento antecipado dos materiais exigidos, programas de empréstimo e canais de acolhimento podem reduzir barreiras sem transferir ao estudante a responsabilidade individual por obstáculos estruturais (Martins et al., 2019; Lucas et al., 2020).

Também é importante que a discussão sobre elitização não seja interpretada como desqualificação da Odontologia ou de seus estudantes. O foco está na análise de condições institucionais e sociais que podem favorecer ou restringir trajetórias acadêmicas. Ao considerar diferenças de origem, disponibilidade de tempo e redes de apoio, a formação amplia sua capacidade de preparar profissionais mais sensíveis às desigualdades em saúde e às necessidades da população, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2021).

Como limitação, esta revisão reuniu estudos locais, conduzidos com métodos e grupos diferentes. Portanto, ela não estima a proporção nacional de estudantes em determinada condição socioeconômica nem estabelece relação causal entre renda e inserção profissional. O propósito foi articular evidências disponíveis com uma reflexão social sobre a formação, indicando a necessidade de pesquisas multicêntricas, atualizadas e também qualitativas, capazes de ouvir estudantes e egressos em suas diferentes trajetórias.

Conclusão

A literatura analisada sugere que a elitização na formação em Odontologia não pode ser explicada por um único indicador ou atribuída a todos os cursos de forma indistinta. Ela se relaciona a condições de origem, apoio familiar, custos materiais, disponibilidade de tempo e possibilidades de permanência. As evidências discutidas indicam que a experiência universitária é atravessada por dimensões sociais que merecem atenção. Políticas de acesso precisam ser acompanhadas de assistência estudantil, apoio a materiais, organização curricular inclusiva e formação voltada às necessidades da população. Dessa maneira, a inserção profissional pode ser discutida de forma mais ampla, considerando não apenas o ingresso no mercado, mas as condições concretas em que os futuros cirurgiões-dentistas constroem sua trajetória.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-21-de-junho-de-2021-327321299. Acesso em: 22 jun. 2026.

CAYETANO, M. H.; GABRIEL, M.; TAVARES, J.; ARAÚJO, M. E.; MARTINS, J. S.; CROSATO, E. M.; CARRER, F. C. A. O perfil dos estudantes de Odontologia é compatível com o mercado de trabalho no serviço público de saúde brasileiro? Revista da ABENO, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 2-12, 2019. DOI: 10.30979/rev.abeno.v19i2.736. Disponível em: https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/736. Acesso em: 22 jun. 2026.

COSTA, B. A. de O.; GONÇALVES, C. F.; ZANIN, L.; FLÓRIO, F. M. Inserção de egressos de Odontologia do Tocantins no mercado de trabalho. Revista da ABENO, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 93-104, 2016. DOI: 10.30979/rev.abeno.v16i2.293. Disponível em: https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/293. Acesso em: 22 jun. 2026.

LUCAS, S. D.; PAULINO, V. M.; MAGALHÃES, L. N. N.; CUNHA, C. R. da; SENNA, M. I. B.; PALMIER, A. C. Perfil socioeconômico e acadêmico dos estudantes do curso de Odontologia: visando contribuir com as políticas de assistência estudantil. In: SANTOS, E. C. dos (org.). Comunicação científica e técnica em Odontologia 5. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p. 223-259. DOI: 10.22533/at.ed.62220240120. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/c9a863f3-497d-47be-9832-67c6e45dee86. Acesso em: 22 jun. 2026.

MARTINS, A. B.; MENEZES, I. H. C. F.; QUEIROZ, M. G. Estudantes de Odontologia cotistas e o instrumental odontológico. Revista da ABENO, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 58-68, 2019. DOI: 10.30979/rev.abeno.v19i3.763. Disponível em: https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/763. Acesso em: 22 jun. 2026.

SÉRGIO, A. F. A.; LIMA, C. C. B.; VIANA, P. F. de S. Inserção no mercado de trabalho de egressos de um curso de Odontologia do Piauí. Revista da ABENO, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 147-158, 2020. DOI: 10.30979/rev.abeno.v20i2.1061. Disponível em: https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1061. Acesso em: 22 jun. 2026.

SILVA, C. P. da; TOMIELLO, L. T.; TOASSI, R. F. C. Barreiras e facilitadores da permanência em curso noturno de Odontologia de universidade pública do Sul do Brasil. Revista da ABENO, [S. l.], v. 23, n. 1, e1868, 2023. DOI: 10.30979/revabeno.v23i1.1868. Disponível em: https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1868. Acesso em: 22 jun. 2026.